CADERNO DE
EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE
Volume 24, Número Especial, e38367, 2026
http://doi.org/10.36453/cefe.2026.38367
ISSN 2318-5104
unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Artigo Original

Reflexões socioambientais a partir das Práticas de Aventura, Ecoturísticas e de Natureza

Socio-environmental reflections through Adventure, Ecotourism, and Nature-Based Practices

Rosane Camila Godoi, Silvia Cristina Franco Amaral

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Brasil

HISTÓRICO DO ARTIGO
Recebido: 01.07.2026
Revisado: 27.08.2026
Aprovado: 28.08.2026

PALAVRAS-CHAVE
Aventura;
Natureza;
Turismo;
Sustentabilidade;
Lazer.

KEYWORDS
Adventure;
Nature;
Tourism;
Sustainability;
Leisure.

PUBLICADO
01.10.2026

AUTOR CORRESPONDENTE
Rosane Camila Godoi

COMO CITAR ESTE ARTIGO (*HOW TO CITE*)
GODOI, R. C.; AMARAL, S. C. F. Reflexões socioambientais a partir das práticas de aventura, ecoturísticas e de natureza. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 24, n. esp., e38367, 2026. 10.36453/cefe.2026.38367.

RESUMO

INTRODUÇÃO: As atividades de aventura, o ecoturismo e as demais práticas junto à natureza têm ocupado espaço crescente no campo da Educação Física, frequentemente associadas a discursos de sustentabilidade, conservação ambiental e promoção do bem-estar. No entanto, tais práticas não são neutras, sendo atravessadas por dinâmicas turísticas, econômicas e socioculturais que podem tanto fortalecer vínculos com o território quanto reproduzir processos de mercantilização e exclusão.
OBJETIVO: Este estudo teve como objetivo analisar as reflexões socioambientais emergentes de experiências vinculadas às práticas de aventura, ecoturísticas e de natureza em diferentes territórios brasileiros.
MÉTODO: A pesquisa adotou uma abordagem autoetnográfica, fundamentada em observações diretas, diário de campo e notas de percurso produzidas durante experiências realizadas em Manaus (AM), Ilhabela (SP), Socorro (SP), Vale do Ribeira (SP), Boituva (SP) e Bonito (MS).
RESULTADOS: Os resultados evidenciaram que as relações entre turismo, natureza e conservação assumem configurações distintas em cada território, oscilando entre processos de mercantilização da paisagem, estratégias de desenvolvimento econômico, formas de pertencimento territorial e iniciativas de conservação ambiental.
CONCLUSÃO: Conclui-se que o potencial formativo dessas práticas não reside no simples contato com a natureza, mas nas formas pelas quais as experiências são organizadas, interpretadas e vividas, podendo contribuir para a construção de relações mais éticas, sensíveis e comprometidas com a justiça socioambiental.

ABSTRACT

BACKGROUND: Adventure activities, ecotourism, and other nature-based practices have gained increasing prominence within the field of Physical Education, often associated with discourses of sustainability, environmental conservation, and well-being promotion. However, these practices are not neutral, as they are shaped by tourism, economic, and sociocultural dynamics that may both strengthen connections with territories and reproduce processes of commodification and exclusion.
OBJECTIVE: This study aimed to analyze the socio-environmental reflections emerging from experiences related to adventure, ecotourism, and nature-based practices across different Brazilian territories.
METHODS: The study adopted an autoethnographic approach, direct observations, field diaries, and route notes produced during experiences conducted in Manaus (AM), Ilhabela (SP), Socorro (SP), Vale do Ribeira (SP), Boituva (SP), and Bonito (MS).
RESULTS: The findings revealed that the relationships between tourism, nature, and conservation take on distinct configurations in each territory, ranging from processes of landscape commodification and economic development strategies to forms of territorial belonging and environmental conservation initiatives.
CONCLUSION: It is concluded that the educational potential of these practices does not lie merely in contact with nature itself, but in the ways experiences are organized, interpreted, and lived, thereby contributing to the development of more ethical, sensitive, and socially and environmentally just relationships.

Open Access
Full Text Article

Este artigo foi publicado sob a licença Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY 4.0).

▼ INTRODUÇÃO

As práticas de aventura, ecoturísticas e de natureza constituem manifestações de lazer que promovem o contato direto e imersivo com ambientes naturais e, embora sua expansão seja frequentemente apresentada como um fenômeno atual, esse movimento já era observado desde a década de 1990, quando Bruhns (2007) destacava o aumento do número de praticantes e a crescente valorização das experiências de aventura na natureza. Atualmente, essa expansão se expressa inclusive na esfera econômica, uma vez que o mercado global de turismo de aventura foi estimado em US$ 896,06 bilhões em 2025, com projeção de alcançar US$ 1,93 trilhão até 2034, com taxa média de crescimento anual de 8,65% (Fortune Business Insights, 2026), evidenciando a consolidação dessas práticas não apenas como experiências de lazer, mas também como um importante segmento da economia do turismo.

Apesar de compartilharem elementos como risco, desafio, natureza e busca por adrenalina, não há consenso na literatura sobre as definições conceituais desse tipo de atividade (Bandeira & Amaral, 2020). Realizadas em meios terrestres, aquáticos ou aéreos, elas podem ser diferenciadas pelo ambiente em que ocorrem, ou pelos níveis e tipos de risco envolvidos (Pereira; Armbrust; Ricardo, 2008), sendo frequentemente marcadas pela imprevisibilidade e pelo enfrentamento do desconhecido, aspectos que favorecem experiências de intenso envolvimento consigo mesmo, com os outros e com a natureza (Betrán, 2003; Bruhns, 2003; Schwartz, 2006).

A crescente popularização dessas experiências foi acompanhada pelo surgimento de diferentes terminologias utilizadas para descrevê-las e classificá-las. Nesse sentido, uma das terminologias a ser destacada são os esportes e atividades de aventura, que se caracterizam pela presença de riscos controlados ou simbólicos, demandando conhecimentos, habilidades e equipamentos específicos para lidar com as condições do ambiente e com as exigências da prática (Betrán; Betrán, 2016; Godoi, 2024; Pereira; Armbrust; Ricardo, 2008). O turismo de aventura, por sua vez, incorpora esses elementos ao contexto turístico, associando deslocamento, lazer e aventura, e também são experiências realizadas predominantemente em ambientes naturais (Abeta, 2009; Cássaro, 2011). Já o ecoturismo enfatiza a visitação responsável a áreas naturais, articulando recreação, sensibilização ambiental e conservação do patrimônio natural (Godoi; Amaral, 2019), enquanto as práticas de natureza englobam um leque maior possibilidades, funcionando como um termo guarda-chuva, que abarca diferentes formas de interação com ambientes naturais, contemplando experiências esportivas, recreativas, educativas, contemplativas e turísticas que têm na natureza um elemento central de sua realização (Marinho, 2008; Bruhns, 2003).

A partir da década de 1990, em consonância com o avanço das políticas neoliberais no Brasil, as práticas de aventura, ecoturísticas e de natureza passaram a ser progressivamente incorporadas às dinâmicas de mercado, sendo convertidas em produtos e experiências comercializáveis. Nesse contexto, discursos de sustentabilidade, conservação ambiental e desenvolvimento local passaram a desempenhar papel central na legitimação dessas atividades, frequentemente mobilizados como estratégias de valorização econômica dos territórios naturais (Godoi; Amaral, 2019). Essa dinâmica torna-se ainda mais complexa quando considerada sob a óptica do realismo capitalista descrito por Fisher (2021), segundo o qual o neoliberalismo não opera apenas como um sistema econômico, mas como uma racionalidade capaz de moldar subjetividades, capturar desejos e limitar a imaginação política. Nesse cenário, como observa Beck (2020), a natureza passa a ser cada vez mais comodificada, não apenas em sua dimensão material, mas também em seus significados simbólicos, afetivos e culturais.

Krenak (2019; 2022) argumenta que a lógica produtivista contemporânea subordina a própria vida aos imperativos da eficiência e do lucro, transformando florestas, rios e montanhas em recursos disponíveis à exploração econômica. Nesse processo, a natureza deixa de ser compreendida como uma rede de relações da qual os seres humanos fazem parte para ser reduzida à condição de mercadoria, ativo econômico ou cenário destinado ao consumo e ao entretenimento. É nesse contexto que Erickson (2011) chama atenção para a ambivalência das práticas de aventura, pois, ao mesmo tempo em que podem favorecer experiências de aproximação com a natureza, sensibilização ambiental e transformação subjetiva, essas práticas também podem reproduzir valores associados à racionalidade neoliberal, como o individualismo, a competitividade, a autogestão e a responsabilização individual, evidenciando as tensões que atravessam as formas contemporâneas de vivenciar esses ambientes.

Em contraposição a essa racionalidade, perspectivas provenientes dos povos indígenas e de outras epistemologias não hegemônicas oferecem importantes contribuições para repensar as relações entre sociedade e natureza. Tais abordagens questionam a separação moderna entre humanidade e mundo natural, propondo uma compreensão baseada na interdependência entre humanos e não humanos, na qual a natureza deixa de ser concebida como objeto de apropriação e exploração para ser reconhecida como sujeito de existência, relação e direito (Quijano, 2000; Krenak, 2019; 2020; 2022; Gudynas, 2019). Nessa perspectiva, a conservação ambiental ultrapassa a lógica da gestão eficiente de recursos e passa a constituir uma ética do cuidado, do pertencimento, da reciprocidade e da responsabilidade compartilhada.

Diante dessas tensões, torna-se fundamental refletir sobre os diferentes modos pelos quais as práticas de aventura, ecoturísticas e de natureza são desenvolvidas e vivenciadas. Mais do que atividades esportivas, recreativas ou turísticas, essas experiências constituem espaços de produção de sentidos, identidades e relações socioambientais, revelando diferentes concepções de natureza, conservação, desenvolvimento e justiça ambiental. Assim, este estudo propõe, a partir de uma abordagem autoetnográfica de caráter interpretativo, analisar como experiências vividas em práticas de aventura, ecoturísticas e de natureza podem contribuir para a construção de reflexões socioambientais.

▼ MÉTODOS

O estudo adota uma abordagem autoetnográfica de caráter interpretativo, buscando compreender como as práticas de aventura, ecoturísticas e de natureza contribuem para a construção de percepções sobre o ambiente, os territórios e as relações socioambientais. O estudo foi conduzido em conformidade com as normas éticas para pesquisas com seres humanos e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Campinas, sob o Parecer n° 7.835.733 (CAAE n° 90875225.2.0000.5404).

Os registros foram produzidos por meio de observação-participante, observações diretas, diário de campo e notas de percurso elaboradas durante e após as vivências. Posteriormente, os registros foram submetidos a leituras sucessivas e interpretativas, buscando identificar tensões, conflitos e elementos capazes de suscitar reflexões sobre as relações entre natureza, lazer, turismo e sociedade. As observações integram um conjunto de dados de uma pesquisa mais ampla, vinculada aos resultados parciais da tese de doutorado da autora principal, intitulada "Entre trilhas e territórios: práticas de aventura e usos da natureza".

▼ RESULTADOS E DISCUSSÃO

ENTRE A NATUREZA, O TURISMO E O TERRITÓRIO

As observações realizadas nos diferentes territórios permitiram identificar distintas formas de vivenciar e se relacionar com os ambientes. Os registros produzidos ao longo do trabalho de campo revelaram a diversidade de contextos, experiências e dinâmicas presentes nos locais visitados, possibilitando reflexões sobre os usos da natureza, as características das atividades desenvolvidas e as relações estabelecidas entre visitantes, comunidades locais e os próprios territórios.

Manaus: contemplação da floresta e a espetacularização da natureza

Em Manaus (AM), ficou evidente o apelo turístico associado à floresta amazônica, especialmente voltado ao público estrangeiro. Ao longo das observações, foi possível perceber tensões entre a busca pelo contato com a natureza e formas de consumo turístico que, por vezes, reduzem os ambientes naturais a cenários de contemplação. No Museu da Amazônia (MUSA), o comportamento predominante era marcado por deslocamentos rápidos, conversas constantes, muito barulho e pouca atenção aos elementos que compunham o ambiente ao redor, incluindo uma família de macacos que permanecia próxima à trilha, silenciosamente acomodada nas copas das árvores, observando o movimento das pessoas que passavam abaixo sem sequer notar sua presença. A cena sugere que a simples presença em ambientes naturais não se traduz, necessariamente, em sensibilização ou envolvimento com os elementos que compõem esses espaços.

Nesse sentido, as observações convergem com Bruhns (2003) e Schwartz (2006), ao evidenciar que as experiências na natureza possuem potencial formativo, mas dependem das formas como são vivenciadas e significadas pelos sujeitos.

Em contraste, as atividades mediadas por guias demonstraram potencial para ampliar a sensibilização ambiental e favorecer interações mais respeitosas com a fauna e a flora, por meio de orientações sobre cuidado com o ambiente, respeito aos animais e segurança. Contudo, sua efetividade mostrou-se limitada diante do elevado fluxo turístico, como observado na visitação aos botos no Rio Negro (Figura 1), onde a presença contínua de embarcações e visitantes, o uso de protetores solares e repelentes, o toque insistente nos animais e a dificuldade de manter silêncio expuseram tensões entre exploração turística e conservação, transformando a fauna em objeto disponível à interação humana. Situações semelhantes foram registradas no INPA, onde visitantes gritavam ou arremessavam objetos para provocar reações dos animais, reforçando que a conservação envolve não apenas questões ecológicas, mas também disputas sobre os usos e as formas de interação com a natureza (Rose; Carr, 2018).

Figura 1. Interação dos turistas com os botos no Rio Negro (Manaus - AM).
Fonte: Arquivo pessoal

Em conjunto, os registros indicam que a experiência turística em Manaus oscila entre iniciativas de educação ambiental e processos de mercantilização da natureza, nos quais a contemplação frequentemente se sobrepõe à construção de vínculos mais profundos com o ambiente amazônico. Embora os guias desempenhem papel importante na promoção de práticas mais respeitosas, suas ações nem sempre são suficientes para romper com dinâmicas de consumo que transformam a natureza em atração turística e objeto de contemplação.

Assim, as observações dialogam com Erickson (2011), Oncescu e Fortune (2023) e Warner, Meerts-Brandsma e Rose (2019), ao sugerirem que práticas realizadas na natureza podem ser atravessadas por racionalidades neoliberais e por formas de consumo centradas na experiência individual e na apreciação da paisagem, sem que isso resulte, necessariamente, em reflexões mais amplas sobre as relações entre sociedade, natureza e os conflitos que atravessam esses territórios

Ilhabela: turismo de massa e atrativos de praia e sol

Ilhabela (SP) foi observada durante um período de feriado prolongado, marcado por intenso fluxo de visitantes, filas em estabelecimentos comerciais, aumento expressivo dos preços e sobrecarga dos serviços locais. Essas características remetem ao fenômeno do turismo de massa, que, segundo Dodds e Butler (2019), está associado à concentração excessiva de visitantes em determinados destinos, produzindo impactos sobre a infraestrutura local, os recursos naturais e culturais e a qualidade de vida das populações residentes.

Nas trilhas, a presença de observadores de aves evidenciava formas de interação marcadas pelo silêncio, pela espera e pela atenção aos detalhes da paisagem. Em contraste, áreas mais urbanizadas, como a Praia do Perequê, concentravam serviços, comércio e atividades recreativas associadas ao turismo convencional, revelando distintas maneiras de vivenciar e se relacionar com o ambiente natural. Essas diferenças também se manifestavam nas possibilidades de acesso às práticas realizadas na natureza, a exemplo do kitesurfe, cuja aula introdutória de duas horas possuía valor próximo a um salário mínimo, e evidenciou uma barreira econômica limitante para a participação de diferentes grupos sociais. As observações sugerem que o acesso a determinadas experiências na natureza permanece atravessado por desigualdades sociais e econômicas, contribuindo para a seletividade dos públicos que delas participam e evidenciando que o direito à natureza não se distribui de forma homogênea (Oncescu; Fortune, 2023; Warner; Meerts-Brandsma; Rose, 2019).

A visita à Praia de Castelhanos, localizada dentro do Parque Estadual de Ilhabela, permitiu observar mecanismos de ordenamento voltados à redução dos impactos da visitação. O acesso restrito a veículos autorizados, a regulamentação dos horários de circulação e o controle do fluxo de automóveis expressam tentativas de compatibilizar o uso turístico com a conservação ambiental. Embora Castelhanos esteja situada em uma das áreas mais isoladas da ilha, acessível principalmente por veículos 4x4 credenciados, chamou atenção a distribuição desigual dos visitantes ao longo da praia. A região próxima aos quiosques e ao Mirante do Coração concentrava um grande número de turistas, enquanto a porção norte da praia, longe dos atrativos de consumo, permanecia quase vazia, ocupada apenas por alguns pescadores locais.

De modo geral, Ilhabela apresentou um cenário marcado pela coexistência entre esforços de conservação ambiental, interesses econômicos vinculados ao turismo de massa e diferentes formas de apropriação dos espaços naturais. Ao longo da ilha, experiências de contemplação, lazer, consumo turístico e permanência coexistiam em um mesmo território, revelando que um mesmo ambiente natural pode ser vivido, percebido e significado de maneiras distintas por aqueles que o habitam, visitam ou dele dependem, aspecto que reforça o caráter socialmente construído das relações estabelecidas com a natureza (Schwartz, 2006).

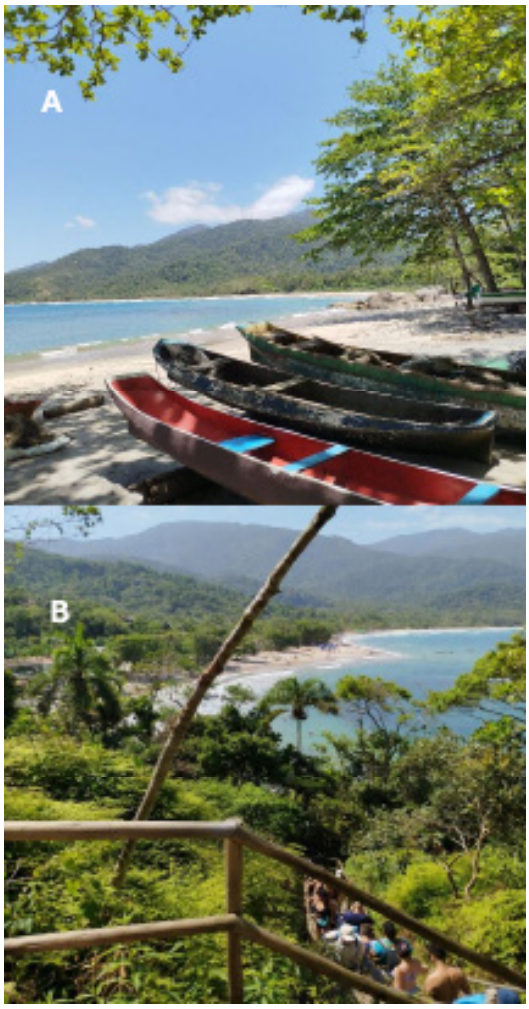

Figura 2. Praia de Castelhanos (A); Trilha do Mirante do Coração e lado norte da praia (B).
Fonte: Arquivo pessoal.

Socorro: a cidade aventura e o neoliberalismo

As observações realizadas no bairro do Rio do Peixe, em Socorro (SP), evidenciaram a centralidade do turismo de aventura na organização econômica e social do território. Mesmo fora da alta temporada, a intensa circulação de turistas, trabalhadores e veículos destinados às atividades recreativas, como quadriciclos e mountain bikes, revelava uma dinâmica fortemente estruturada em torno do turismo, percebido pelos moradores como importante responsável pela geração de renda, ampliação das oportunidades de trabalho e transformação da economia local. Com isso, o turismo parece extrapolar sua dimensão econômica e assumir papel relevante na produção do território, aspecto que remete a Dodds e Butler (2019), ao destacarem que a crescente dependência da atividade turística pode influenciar profundamente as dinâmicas sociais, ambientais e políticas dos destinos.

As observações demonstraram a predominância de discursos de responsabilização individual pela conservação ambiental, enquanto questões ligadas ao planejamento territorial e à gestão coletiva dos recursos naturais permaneciam em segundo plano. Diante dessa perspectiva, a natureza era valorizada não apenas por seu valor ambiental, mas também como condição para a manutenção do turismo, frequentemente apresentada em versões adaptadas à visitação, com infraestrutura capaz de tornar a experiência mais confortável, acessível e previsível.

Frente a isso, a conservação da natureza se apresenta como uma responsabilidade individual, enquanto questões relacionadas ao planejamento territorial e à gestão coletiva dos recursos naturais permaneciam em segundo plano, aproximando-se do movimento descrito por Erickson (2011), no qual problemas estruturais tendem a ser deslocados para o âmbito das escolhas individuais. As observações também revelaram tensões relacionadas à competitividade entre empresas e às dificuldades de articulação coletiva entre os diferentes atores do setor. Paralelamente, chamou atenção a circulação de profissionais procedentes de diferentes regiões do Brasil e de até de outros países, atraídos pela demanda sazonal do rafting, favorecendo intercâmbios de conhecimentos e experiências.

Em conjunto, os registros sugerem que o turismo de aventura ultrapassa a condição de atividade econômica e assume papel central na organização da vida local. Sua presença se expressa na geração de renda, na circulação de profissionais oriundos de diferentes regiões e países, na transformação das paisagens e nas formas pelas quais a natureza é percebida e valorizada. Ao mesmo tempo em que amplia oportunidades de trabalho e fortalece a economia local, a atividade também produz determinados modos de compreender a conservação ambiental, frequentemente associados à responsabilidade individual e à manutenção da atratividade turística. Essa dinâmica aproxima-se das reflexões de Erickson (2011), ao enfatizar como questões ambientais tendem a ser deslocadas para o âmbito das escolhas individuais, e de Warner, Meerts-Brandsma e Rose (2019), que apontam para a influência de racionalidades neoliberais na forma como as experiências na natureza são organizadas, consumidas e legitimadas.

Figura 3. Turismo de aventura: o rafting no Rio do Peixe (Socorro - SP).
Fonte: Arquivo pessoal.

Núcleo de cavernas: conservação e reconfigurações pós-mineração

As observações realizadas em Iporanga e Eldorado (SP), correspondem ao núcleo de cavernas do Vale do Ribeira, que incluem o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR) e o Parque Estadual Caverna do Diabo (PECD). As observações destacam um contexto em que turismo, conservação e territorialidade se encontram profundamente articulados, em que o desenvolvimento do espeleoturismo aparece como importante fonte de renda para guias, pequenos comerciantes e famílias historicamente vinculadas ao território, sendo frequentemente apresentado pelos moradores como uma alternativa econômica às atividades de extrativismo e mineração que marcaram a história da região.

Nesse sentido, os achados se articulam com Godoi e Amaral (2019) e Vilani, Pinto e Santos (2025), ao indicarem que as práticas ecoturísticas podem contribuir simultaneamente para a geração de renda, a valorização dos recursos naturais e a permanência das populações locais.

A relevância econômica e ambiental atribuída ao turismo também se reflete nos mecanismos de gestão

observados nas unidades de conservação, como a limitação do número de visitantes, o acompanhamento obrigatório por condutores credenciados e o monitoramento das atividades, medidas que buscam compatibilizar a visitação com a preservação dos ambientes de caverna. Durante as observações, algumas adaptações estruturais voltadas ao turismo, como instalações e intervenções no interior das cavernas, suscitaram questionamentos sobre os limites entre a proteção ambiental e a adequação dos espaços às demandas da visitação.

Porém, os relatos dos guias indicaram que parte dessas estruturas remonta ao período em que a região era marcada pela atividade mineradora, anterior à consolidação do turismo. Desse modo, a atividade turística passou a ser percebida como uma alternativa capaz de conciliar geração de renda e conservação ambiental, contribuindo para a permanência das populações locais e para a valorização de recursos naturais que, por décadas, estiveram sob pressão de usos mais impactantes.

Nesse processo, chamou atenção o protagonismo das comunidades locais, especialmente das comunidades quilombolas, que participam ativamente do desenvolvimento turístico, da produção agroflorestal e de iniciativas voltadas à conservação ambiental. Os relatos dos guias e moradores, aliados às informações dos Quilombos do Ribeira (2026), reforçam que as paisagens atualmente protegidas não constituem espaços intocados, mas territórios historicamente produzidos por práticas de manejo, ocupação e resistência. Essa compreensão converge diretamente com Vilani, Pinto e Santos (2025), para quem turismo, conservação e justiça socioambiental não podem ser analisados de forma dissociada, uma vez que os próprios ambientes naturais são resultado das relações históricas estabelecidas pelas populações que os habitam e deles dependem.

Essa compreensão foi ampliada pelas experiências observadas no Assentamento Fazenda Vitória, localizado na região do Núcleo Caboclos. Implantado em uma área anteriormente degradada pela exploração madeireira, o assentamento evidencia outras formas de relação com a natureza, baseadas na agrofloresta, na produção local e na organização comunitária.

Mais do que um espaço de produção econômica, a terra aparece associada ao pertencimento, à permanência das famílias e à resistência frente a modelos de desenvolvimento orientados exclusivamente pelo crescimento econômico. A fala de um dos moradores, ao afirmar que "somos a engrenagem que roda para trás num sistema que só vai para frente", sintetiza uma compreensão do território que valoriza a memória, os vínculos comunitários e os modos de vida construídos em diálogo com a natureza.

Em conjunto, os registros sugerem que o turismo de aventura e de natureza no Vale do Ribeira ultrapassa a condição de atividade econômica e integra um processo mais amplo de valorização territorial, conservação ambiental e reconhecimento das populações que historicamente contribuíram para a preservação da região.

Figura 4. Visitação à Caverna Santana.
Fonte: Arquivo pessoal.

Boituva: distinção social e conflitos territoriais

Boituva (SP) foi percebida em uma configuração singular entre turismo de aventura, natureza e consumo, distinta daquela observada nos demais territórios investigados. O balonismo emergiu como uma atividade fortemente associada à distinção social e ao consumo simbólico, marcada por elementos de sofisticação que extrapolam a própria prática, aproximando-se do que Bhruns (1999) descreve como a aquisição de estilos de vida vinculados à aventura. Durante o voo, a paisagem era observada a partir de uma posição privilegiada e distante, na qual fragmentos de vegetação preservada surgiam como "ilhas verdes" cercadas por extensas áreas agrícolas (Figura 5).

Ao observar uma dessas áreas mais densamente conservada, um dos passageiros fez uma fala que exaltava os bandeirantes como heróis por terem atravessado a mata, reproduzindo uma narrativa marcada pela colonialidade, em que a natureza aparece como obstáculo a ser dominado em nome do progresso (Krenak, 2019; 2022; Césaire, 2020).

O balonismo revelou-se uma atividade fortemente associada a elementos de distinção social e consumo simbólico, nos quais os participantes observados estavam vestidos de forma elegante e alinhados a uma estética de

sofisticação. O brinde com espumante ao final do passeio, tradicional nos voos de balão, contribuiu para acentuar essa diferenciação em relação a outras modalidades de aventura, que geralmente estão associadas ao esforço físico, à técnica e ao contato direto com a natureza (Figura 5). Essa construção simbólica aproxima-se do que Bhruns (1999) descreve como a aquisição de estilos de vida associados à aventura, nos quais a experiência é consumida não apenas pela atividade em si, mas pelos significados sociais que ela comunica.

Figura 5. Balão sobrevoando a área urbana (A) de Boituva e as "ilhas verdes" (B), região de Boituva (SP).
Fonte: Arquivo pessoal.

As falas dos visitantes também reforçavam a valorização da experiência como forma de contato com a natureza, embora essa aproximação ocorresse predominantemente pela contemplação visual da paisagem, sem interação direta com seus elementos ou imprevisibilidades. Paralelamente, os relatos dos pilotos apontaram para conflitos relacionados ao uso do território, especialmente entre empresas de balonismo e proprietários rurais, envolvendo questões de privacidade, utilização das terras para pousos emergenciais e possíveis impactos sobre plantações e animais. De maneira geral, a paisagem observada do alto converte-se em elemento central da experiência turística, mas permanece enquadrada pela lógica do consumo de experiências e da produção de memórias visuais e nesse esquadro, a natureza aparece simultaneamente como cenário, produto turístico e elemento de distinção social, revelando formas particulares de aproximação com o ambiente.

Essas observações estão de acordo com Bhruns (1999), Erickson (2011) e Warner, Meerts-Brandsma e Rose (2019), ao sugerirem que determinadas práticas realizadas na natureza podem ser atravessadas por lógicas de consumo nas quais a apreciação da paisagem e a experiência individual assumem papel central, sem que isso implique, necessariamente, uma interação mais profunda com os territórios ou com as questões socioambientais que os atravessam

Bonito: entre a conservação ambiental e a economia do turismo

Bonito (MS) manifestou como um território profundamente organizado em torno do turismo, cuja influência se expressa na ampla rede de serviços voltados aos visitantes e nos mecanismos de controle que regulam o acesso aos atrativos por meio de agências, vouchers, reservas antecipadas e monitoramento dos fluxos de visitação. Essa dinâmica salienta que o acesso à natureza não ocorre de forma livre ou homogênea, sendo atravessado por estruturas de gestão e por barreiras econômicas que influenciam quem pode usufruir dessas experiências (Warner; Meerts-Brandsma; Rose, 2019).

As observações também mostraram uma forte associação entre preservação ambiental e atividade turística, que deixa bastante claro a vertente turística para além do turismo de aventura: o ecoturismo. Os atrativos visitados localizam-se em áreas visualmente bem conservadas, caracterizadas por águas cristalinas, vegetação abundante e estruturas destinadas à recepção dos visitantes (Figura 6). Ao mesmo tempo, durante os deslocamentos entre os passeios, foi possível observar extensas áreas de pastagem e produção agropecuária ao redor desses espaços preservados, mais uma vez, a presença recorrente dessas áreas reforçou a percepção de "ilhas verdes", em que os atrativos funcionam como núcleos de conservação inseridos em uma paisagem amplamente transformada por atividades agrícolas.

As conversas realizadas com trabalhadores do setor turístico também permitiram compreender a centralidade do turismo na organização econômica da região. Relatos indicaram que a expansão da atividade ocorreu em um contexto de dificuldades enfrentadas pelo agronegócio local, contribuindo para que o turismo se consolidasse como importante alternativa de trabalho e geração de renda a partir da década de 1990. Em diferentes momentos, os moradores destacaram que o crescimento da visitação transformou significativamente a dinâmica econômica e a visibilidade nacional do município, ampliando oportunidades profissionais e reduzindo a dependência de atividades produtivas tradicionais.

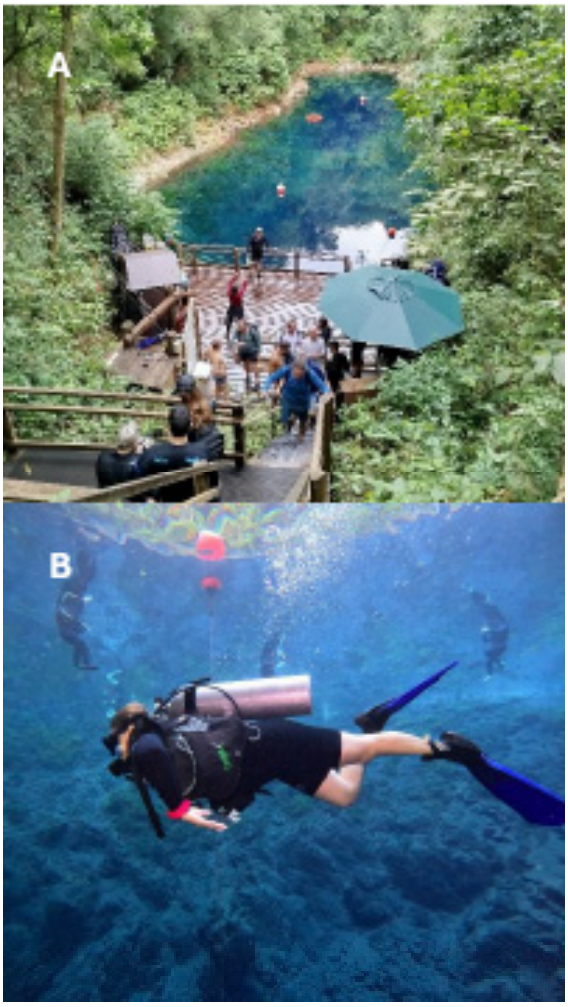

Figura 6. Movimentação de turistas nas atividades de flutuação (A) e mergulho na Lagoa Misteriosa (B).
Fonte: Arquivo pessoal.

Um aspecto que chamou atenção durante o trabalho de campo foi a ausência de discursos que apontassem para conflitos significativos entre o ecoturismo e o agronegócio, relação que, à primeira vista, poderia ser interpretada como contraditória. Muitos dos atrativos turísticos da região surgiram em propriedades anteriormente destinadas à pecuária ou à agricultura e posteriormente restauradas para a atividade turística, fazendo com que a conservação ambiental aparecesse não necessariamente em oposição ao agronegócio, mas como uma estratégia complementar de diversificação econômica.

As observações sugerem que a valorização dos ambientes naturais passou a constituir também uma oportunidade de geração de renda, articulando preservação, turismo e atividade produtiva. Essa dinâmica dialoga com Bruhns (2007), ao reconhecer como os discursos ecológicos podem legitimar novas formas de apropriação da natureza, e com Godoi e Amaral (2019), que destacam o potencial das práticas ecoturísticas para conciliar conservação ambiental e desenvolvimento econômico quando vinculadas às dinâmicas locais.

Um exemplo representativo dessa articulação foi observado na Lagoa Misteriosa, onde uma mesma propriedade reúne atividades de ecoturismo, agricultura, pecuária e extração de calcário, evidenciando a coexistência de diferentes estratégias produtivas em um mesmo território. Nesse contexto, a relação entre ecoturismo e agronegócio parece ser marcada menos pelo conflito aberto e mais por processos de adaptação e complementaridade, nos quais a valorização turística dos ambientes naturais estimula iniciativas de recuperação ambiental e amplia as possibilidades de uso econômico da terra.

ANÁLISE RELACIONAL

As observações também olocam em evidência distintas formas de compreender a conservação ambiental. Em Bonito, a preservação aparece associada à valorização econômica da natureza; no Vale do Ribeira, à permanência das populações locais e à proteção dos modos de vida tradicionais; em Socorro, o intercâmbio cultural e os discursos de responsabilização individual; e em Manaus e Ilhabela, a tensões mais evidentes entre conservação e pressão turística. Tais diferenças evidenciam que os significados atribuídos à conservação, ao desenvolvimento e ao contato com os ambientes naturais variam conforme as características históricas, econômicas e socioculturais de cada contexto, fazendo com que a natureza assuma simultaneamente funções de patrimônio, mercadoria, espaço de trabalho, atrativo turístico e território de resistência. Essas dinâmicas revelam conflitos que ultrapassam questões técnicas ou administrativas, envolvendo disputas políticas e sociais em torno do acesso, do uso e da apropriação dos territórios (Acselrad, 2004).

Longe de se restringirem a atividades de lazer ou consumo, elas possuem potencial em se tornarem experiências que expõem o corpo à instabilidade do mundo natural e, justamente por isso, à possibilidade de reconexão sensível. Como demonstram Godoi, Yoshida e Fernandes (2024), essas práticas transformam não apenas hábitos cotidianos, mas provocam rupturas em trajetórias de vida, mobilizando sentidos existenciais e outros modos de estar no mundo. Trata-se, assim, de um enfrentamento simbólico à lógica do controle, da produtividade e do isolamento que marca o corpo urbano contemporâneo.

Isso indica que a reflexão socioambiental não emerge automaticamente do contato com a natureza, mas depende da forma como o encontro é organizado, narrado e vivido. As práticas de aventura, ecoturismo e natureza podem configurar-se como potentes ferramentas de reflexão socioambiental ao promoverem experiências intensas de contato com a natureza que desafiam a visão hegemônica sobre os territórios e os modos de habitar o mundo. Ao deslocar o corpo para espaços frequentemente invisibilizados, essas vivências convidam à ressignificação das relações com o ambiente. Para muitos povos originários, por exemplo, o território não é um recurso a ser explorado, mas um espaço de existência, memória e pertencimento, ou seja, uma extensão do corpo, da comunidade e da história, vivida e respeitada em sua integralidade (Krenak, 2019; 2020).

Portanto, ao conjugar experiências físicas e sensoriais intensas com reflexões sobre pertencimento e território,

as práticas ecoturísicas, de aventura e natureza tornam-se um caminho fértil para questionar os modos hegemônicos de apropriação da natureza e abrir espaço para formas mais conscientes, sensíveis e integradas de existência. Enfrentar os desafios impostos pelos ambientes naturais exige coragem, adaptabilidade e presença, elementos que favorecem o crescimento pessoal e emocional e permitem uma ressignificação da própria relação com o ambiente e consigo mesmo (Godoi; Yoshida; Fernandes, 2024). Assim, a aventura, enquanto prática situada e crítica, pode contribuir para a formação de uma consciência socioambiental orientada ao cuidado e à justiça ecológica.

▼ CONCLUSÃO

A análise evidencia que, quando capturadas pela lógica do turismo de consumo, as experiências junto à natureza reforçam a mercantilização ambiental e a exclusão de grupos historicamente marginalizados; por outro lado, quando mediadas de forma crítica e situada, podem ampliar a sensibilização socioambiental e estimular reflexões sobre pertencimento e as múltiplas formas de habitar e significar a natureza.

A aventura, portanto, não se apresenta como prática intrinsecamente transformadora, mas como um campo de disputa, no qual coexistem possibilidades de reprodução das lógicas dominantes e de resistência a elas, especialmente quando ampliadas iniciativas que priorizam o cuidado com o território, o respeito aos modos de vida locais e a participação comunitária.

Desse modo, este estudo sustenta que as práticas junto à natureza podem operar como espaços de cuidado, resistência e reflexão socioambiental apenas quando compreendidas como processos coletivos, mediados e politicamente situados. Reconhecer seus limites e potencialidades é fundamental para evitar romantizações e para construir propostas formativas que contribuam, de fato, para a reconfiguração das relações entre corpo, território e natureza.

► *AGRADECIMENTOS*

Os autores agradecem as pessoas que participaram desta pesquisa e contribuíram para sua realização, ao Congresso Brasileiro de Atividades de Aventura (CBAA), pelas oportunidades de diálogo, aprendizado e trocas acadêmicas, e ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas e Lazer - GEP3L, pelo espaço de formação, reflexão e construção coletiva do conhecimento.

► *CONFLITO DE INTERESSE*

Os autores do estudo declaram não haver conflito de interesses.

► *FINANCIAMENTO*

Este estudo foi realizado com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio de bolsa de estudos.

■ REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004. Disponível em: https://conflitosambientais.org/wp-content/uploads/2023/06/Conflitos-Ambientais-no-Brasil-Acselrad-Henri.pdf Acesso em: 14/12/2025.

BANDEIRA, M. M.; AMARAL, S. C. F. Definições oficiais para esportes de aventura e esportes radicais no Brasil. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 18, n. 3, p. 29-35, 2020. https://doi.org/10.36453/2318-5104.2020.v18.n3.p29

BECK, C. G. "Leilão" contemporâneo: a crescente comodificação material e simbólica da natureza. **Contemporânea**, v. 10, n. 2, p. 797-821, 2020. https://doi.org/10.31560/2316-1329.102.12

BETRÁN, A. O.; BETRÁN, J. O. Propuesta de una clasificación taxonómica de las actividades físicas de aventura en la naturaleza: marco conceptual y análisis de los criterios elegidos. **Apunts. Educación Física y Deportes**, n. 41, p. 108-23, 1995. Disponível em: https://revista-apunts.com/propuesta-de-una-clasificacion-taxonomica-de-las-actividades-fisicas-de-aventura-en-la-naturaleza-marco-conceptual-y-analisis-de-los-criterios-elegidos/ Acesso em: 17/06/2026.

BETRÁN, J. O. Rumo a um novo conceito de ócio ativo e turismo na Espanha: as atividades físicas de aventura na natureza. In: MARINHO, A.; BRUHNS, H.T. (Orgs.). **Turismo, lazer e natureza**. Barueri: Manole, 2003, p. 157-202.

BETRÁN, J. O.; BETRÁN, A. Las actividades físicas de aventura en la naturaleza (AFAN): revisión de la taxonomía (1995-2015) y tablas de clasificación e identificación de las prácticas. **Apunts. Educación Física y Deportes**, n. 124, p. 71-88, 2016. http://dx.doi.org/10.5672/apunts.2014-0983.es.(2016/2).124.06

BRUHNS, H. T. Lazer e meio ambiente: a natureza como espaço da experiência e meio ambiente. Mesa Redonda. **Conexões**, v. 1, n. 3, p. 7-26, 2007. https://doi.org/10.20396/conex.v1i3.8647494

BRUHNS, H. T. No ritmo da aventura: explorando sensações e emoções. In: MARINHO, A.; BRUHNS, H. T. (org.) **Turismo, lazer e natureza**. Barueri: Manole, 2003.

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020. 136 p.

DODDS, R.; BUTLER, R. The phenomena of overtourism: a review. **International Journal of Tourism Cities**, v. 5, n. 4, p. 519-28, 2019. https://doi.org/10.1108/IJTC-06-2019-0090

ERICKSON, B. Recreational activism: politics, nature, and the rise of neoliberalism. **Leisure Studies**, v. 30, n. 4, p. 477-94, 2011. https://doi.org/10.1080/02614367.2011.594078

FISHER, M. **Realismo capitalista**: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo? São Paulo: Autonomia Literária, 2021, p. 8-23.

FORTUNE BUSINESS INSIGHTS. **Adventure tourism market size, share & industry analysis, by type** (hard, soft [camping, hunting, hiking, and others], and others), by age group (below 30 years, 30-50 years, and above 50 years), and regional forecast, 2026-2034. Pune: Fortune Business Insights, 2026. Disponível em: https://www.fortunebusinessinsights.com/pt/adventure-tourism-market-107924 Acesso em: 16/06/2026.

GODOI, R. C. **Perfil do praticante de esporte de aventura**: intersecções entre habilidades psicológicas, saúde emocional e construção da identidade. 2024. 145f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2024. Disponível em: https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1456774

GODOI, R. C.; AMARAL, S. C. F. O reflexo do projeto neoliberal nas políticas públicas em turismo e turismo de aventura no Brasil. **Licere**, v. 22, n. 4, p. 489-518, 2019. https://doi.org/10.35699/1981-3171.2019.16278

GODOI, R. C.; YOSHIDA, H. M.; FERNANDES, P. T. Explorando

transformações pessoais a partir do esporte de aventura: um estudo de narrativas. **Motrivivência**, v. 36, n. 67, p. 1-24, 2024. https://doi.org/10.5007/2175-8042.2024.e99659

KRENAK, A. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. 128p.

KRENAK, A. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. 128p.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mund**o. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 104p.

MARINHO, A.; BRUHNS, H. T. (Orgs.). **Viagens, lazer e esporte**: o espaço da natureza. Barueri: Manole, 2006

ONCESCU, J.; FORTUNE, M. Neoliberalism's influence on recreation access provisions: municipal recreation practitioners' perspectives. **Journal of Leisure Research**, v. 54, n. 1, p. 89-108, 2023. https://doi.org/10.1080/00222216.2022.2044942

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of World-Systems Research**, v. 6, n. 2, p. 342-86, 2000. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140506032333/eje1-7.pdf Acesso em: 17/06/2026.

SCHWARTZ, G. M. (Org.). **Aventuras na natureza**: consolidando significados. Jundiaí: Fontoura, 2006.

VILANI, R. M.; PINTO, V. P. S.; SANTOS, A. S. P. Turismo em quilombos: um olhar a partir da ecologia política latino-americana. **Revista Turismo em Análise**, v. 36, e025012, 2025. https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v36pe025012

E-MAIL DOS AUTORES

Rosane Camila Godoi
r.camilagodoi@gmail.com

Silvia Cristina Franco Amaral
scfa@unicamp.br

LICENÇA DE USO

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do trabalho, inclusive para fins comerciais, desde que atribuam o devido crédito aos autores e à publicação inicial nesta revista.